

# RESENHAS CRÍTICAS

Conrad, Robert Edgar. *Tumbeiros — O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985. Tradução de Elvira Serápicos. 220 páginas.

Res. por José De Ribamar C. Caldeira  
Universidade Federal do Maranhão

Por ter sido uma instituição que marcou profundamente a formação histórica do meio social brasileiro e por ter durado mais de trezentos anos, a escravidão negra se vinculou estruturalmente à sociedade nacional.

Durante aquele largo intervalo de tempo a sua presença e a forte influência que exerceu no processo de formação e evolução daquele meio social, bem como a sua preservação por parte dele, permitem classificá-lo como uma *sociedade escravista moderna*. Por esse motivo, já se tornou consensual que a explicação e apreensão da história do Brasil anterior a 1888 serão insuficientes se delas for excluída a presença da escravidão negra, dada a íntima relação da mesma com as diversas instâncias da sociedade nacional, durante o período referido.

A instituição da escravidão, com efeito, se relacionou com a sociedade inclusiva de diversos modos e assumiu traços e características variados ao longo de sua duração, os quais permitem o seu estudo através da análise de vários sub-temas no interior de uma temática geral.

Nestes últimos anos, muitos dos aspectos próprios da escravidão negra no Brasil têm sido objeto de estudo, o que revelou o aparecimento de especialistas das ciências sociais e da historiografia, tanto nacionais como estrangeiros, em temas relativos àquela instituição.

Entre estes últimos, inclui-se o *brazilianist* Robert E. Conrad, autor de importante livro sobre o período final da escravatura no caso brasileiro, cuja primeira edição em português data de 1975. Agora, dez anos depois, apresenta esta obra sobre tema de sua especialidade, que trata do comércio transatlântico de escravos para este país.

Nesse novo estudo — resultado de pesquisas realizadas em arquivos nacionais e estrangeiros — Conrad avalia a literatura até agora produzida sobre o tráfico de escravos da África para o Brasil, durante a primeira metade do século XIX, bem como se apoia em dados e informações de fontes primárias, relativamente pouco consultadas, dentre as quais sobressai a correspondência diplomática entre o Brasil e a Inglaterra durante os anos 1800-1850.

Em outras palavras, o seu estudo se prende ao período durante o qual a Grã-Bretanha exercia forte pressão contra o tráfico de negros da África para os sistemas agro-exportadores escravistas, estando aí incluído o Brasil. E depreende que, enquanto de um lado aquelas pressões partiam do governo inglês, do outro, a produção industrial da Inglaterra ajudava a preservar o tráfico: “Apesar da persistente cruzada britânica contra a servidão humana, por exemplo, as indústrias britânicas continuaram com a mesma persistência... a projetar e fabricar os tipos de produtos que tinham maior demanda na África Ocidental para o escambo de escravos”. (p. 140).

Ou seja, enquanto o ramo têxtil da indústria britânica era o que parecia se interessar mais diretamente na extinção da escravidão pelas razões que se conhece, outros ramos industriais a estimulavam indiretamente mediante sua atuação sobre o tráfico “através da manufatura e venda de armas, pólvora e algemas utilizadas na captura e transporte das vítimas africanas.” (p. 143).

Além disso, o tráfico envolvia armadores ingleses associados a outros norte americanos, portugueses, brasileiros e espanhóis.

O tráfico de escravos era, com efeito, um dos mais importantes ramos do comércio internacional, desde muito tempo antes e se caracterizava por envolver poderosos grupos econômicos, que aplicavam capitais de vulto no empreendimento.

Por outro lado, aponta o autor para o caso de diplomatas ingleses sediados no Brasil antes de 1850 (dos quais muitos deles chegaram a se notabilizar no combate ao comércio negreiro internacional) que foram acusados de possuir escravos em suas residências para os serviços domésticos, bem como companhias inglesas mineradoras de utilizarem o trabalho escravo.

Deixa isto transparecer uma contradição meramente aparente: embora opositores legais do comércio negreiro, os súditos britânicos instalados no Brasil não conseguiram escapar às injunções do meio social em que viviam; submetiam-se às suas normas, entre as quais preponderava o uso do braço escravo para diversas tarefas.

Supunha ainda o autor como o tráfico envolvia variada gama de agentes sociais, que exerciam atividades diversas: “incluía um exército de pessoas que desempenhavam papéis auxiliares: os proprietários, por exemplo, dos pequenos barcos costeiros e suas tripulações. . . os grandes comerciantes. . . até mesmo professores de português, cuja tarefa era fazer com que os africanos recém-chegados falassem como veteranos residentes no Império.” (p. 119), como também “as autoridades e funcionários públicos brasileiros. . . que recebiam parcela dos lucros em troca dos serviços que somente eles poderiam prestar.” (p. 120).

É importante ressaltar que o estudo de Conrad se volta especialmente para o período em que o tráfico escravista sofria as pressões inglesas e também quando era considerado ilegal pelo governo brasileiro, que tentava suprimi-lo, sem sucesso.

Partindo da aceção de que a escravidão em si justificava o tráfico, admite o autor que muitas das autoridades brasileiras não poderiam opor-se a tal comércio, principalmente pelos seguintes motivos: eram mal remuneradas; deviam retribuição aos fazendeiros politicamente influentes pela sua condução aos cargos que ocupavam e, dado que os grandes proprietários precisavam do braço escravo em suas lavouras, não poderiam aquelas autoridades opor-se aos interesses desses senhores: “Executar a lei, de fato, era virtualmente inimaginário para as autoridades que se encontravam em um palco de atividades em que os traficantes e seus poderosos clientes poderiam usar sua riqueza e influência para solapar a autoridade pública. A interferência no tráfico, era sabido, poderia causar um grande revés na carreira de um burocrata, ou um desastre pessoal ainda mais sério: as pessoas que realmente tentavam cumprir com seus deveres frequentemente eram hostilizadas, demitidas de seus empregos, e por vezes até assassinadas.” (p. 123).

Daí se poder deprender que, enquanto a escravidão era uma instituição aceita e reconhecida pela sociedade e por ela defendida, difícil seria lançar punições sobre os agentes, que se envolviam com o comércio transatlântico negreiro.

Porém, Conrad não se detém apenas na análise dos agentes ligados à comercialização dos negros. Envereda também pela descrição das diversas etapas que essa atividade compreendia: a captura das suas vítimas no continente africano, os modos como se processava a compra na terra na-

tiva, as tristes condições em que os negros eram transportados para o Brasil nos *tumbeiros*, sua recepção e alojamento nos locais de vendas, etc.

Por outro lado, aborda ainda algumas das características do tráfico interno após 1850, e conclui que este havia sido a continuação do internacional, “em espírito e propósitos” (p. 205).

É difícil concordar-se com essa opinião, porque entre um caso e outro houve grandes diferenças. Por exemplo; o tráfico africano envolveu companhias especializadas na captura de negros e sua comercialização, com vistas a propiciar o enriquecimento de empresas e pessoas que o exploravam. O tráfico interno não o igualaria porque, além de não ter envolvido aparatos complexos, tornara-se apenas um meio para os fazendeiros do Nordeste (lançados em longa crise econômico-financeira) minimizar os prejuízos que vinham tendo com a queda das exportações das produções algodoeira e canavieira.

Livro bem construído e de leitura estimulante para os interessados no tema, esse trabalho de Conrad em muito contribuirá para a ampliação do conhecimento e do debate sobre a questão da escravidão em nosso meio.